

Relatório de Gestão

2013



pampilhosa
da serra
câmara Municipal

Município de
Pampilhosa da Serra



RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO FINANCEIRO DE 2013

ENQUADRAMENTO

O Relatório de Gestão a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo, integra o conjunto dos documentos de prestação de contas e deve contemplar a situação económica relativa ao exercício, uma síntese da situação financeira da autarquia, a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo, bem como a proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício e os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Assim, o executivo municipal apresenta, em cumprimento do disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 64º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao ano financeiro de 2013, elaborados conforme previsto no Plano Oficial de Contabilidade (POCAL).

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Com todos os indicadores económicos a confirmar a recessão europeia, e com Portugal a viver uma das suas piores crises, o ano de 2013 foi marcado pela continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa, enquadrado pelo programa de assistência económica e financeira, num quadro de austeridade e restrições que, generalizadamente, a todos afeta, e, de modo especial, os municípios portugueses.

Com efeito, são evidentes as quebras nas receitas próprias dos municípios em geral, já que a atividade económica, designadamente ao nível da construção civil, mas também do comércio, está em enorme recessão, o que, naturalmente, se reflete ao nível das taxas e impostos municipais.

A par desta situação e com as medidas preconizadas do OE/2013 para os municípios, mas também na redução dos limites de endividamento e no aumento das competências dos municípios sem os correspondentes meios, no que concerne em matéria de auxílios diretos às populações, na atual conjuntura económica e financeira que o País atravessa, ultrapassando por vezes as suas competências próprias para suprir as insuficiências da Administração Central.

A este quadro de grandes dificuldades, acrescem os diversos diplomas publicados em 2012, mas cujos reflexos se fizeram sentir no ano de 2013, e que vieram condicionar a flexibilidade que a gestão municipal exige e necessita, não atendendo às especificações dos municípios e à sua autonomia, impondo-lhes regras que condicionam, de forma evidente, a prestação de um serviço de qualidade às populações, dos quais destacamos a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso e o novo Estatuto do Pessoal Dirigente, que veio impor uma redução drástica do número de dirigentes municipais.

O Relatório de Gestão que aqui apresentamos, compreende a análise da situação da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra relativa ao exercício de 2013, nas vertentes económica e financeira, orçamental e patrimonial, seguindo as instruções do ponto 13 do POCAL que estabelece que o relatório de gestão deve contemplar os seguintes aspetos:

- A situação económica relativa ao exercício e analisando em especial, a evolução da gestão dos diferentes setores de atividade da autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;
- Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- A evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos, individualizando, naquele caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;



- A proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício
- Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Pretendendo-se que este documento constitua um importante instrumento de apoio à gestão municipal, onde de uma forma simples e rápida, se visualizem as informações. A metodologia utilizada passou pela elaboração de rácios, quadros e gráficos a partir dos mapas da conta, através dos quais se pretende evidenciar o comportamento das variáveis mais relevantes da gestão municipal.



1. RECURSOS HUMANOS

ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município assenta na existência de duas estruturas fundamentais, a política e a administrativa, que é constituída por todos os trabalhadores do Município, fortemente relacionadas no desenvolvimento da atividade municipal.



ESTRUTURA POLITICA

Assente em dois órgãos, a Câmara com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal com funções predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida.

A Câmara Municipal é constituída por cinco elementos; 1 Presidente e quatro vereadores, a quem compete, definirem a estratégia e políticas municipais, bem como deliberar e decidir sobre os assuntos mais relevantes acerca dos serviços e atividades do município.

O Presidente é coadjuvado por um vice-presidente, que o substitui nas suas ausências e impedimentos.

A Assembleia Municipal è composta por 23 elementos, dos quais 15 eleitos diretamente, pelo colégio eleitoral e 8 indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de presidentes das juntas de freguesia que constituem o universo municipal.

VISÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAMPILHOSA DA SERRA

Ser reconhecida como uma instituição de referência pelo bom desempenho da gestão pública em todas as atividades desenvolvidas, tanto pela sua eficiência, como pela sua eficácia, na capacidade de dar resposta aos objetivos de desenvolvimento do concelho e às necessidades dos seus Municípes.



VALORES

Para prosseguir esta visão, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, pauta a sua atuação pelo seguinte quadro de valores:

Ética - Exigimos de nós próprios e dos outros elevados padrões de conduta, de modo que, todo o tipo de relacionamento seja pautado por honestidade e respeito dentro da instituição. Inculcar a ideia de que não basta "Saber" e "Saber Fazer", é preciso "Saber Ser".

Cultura de Parceria - Os nossos projetos estão abertos a quem queira deles fazer parte, estabelecemos alianças estratégicas a bem do desenvolvimento do concelho.

Transparência - A nossa atuação está patente perante todos, não temos nada a esconder, possuímos uma clara conduta organizacional.

Competência e Inovação - Queremos ver reconhecidas todas as nossas capacidades. Acreditamos que é através da inovação que conseguimos chegar lá, mostrando que estamos atentos a tudo o que possa ajudar e simplificar a prestação dos nossos serviços.

Enfoque no Cidadão / Munícipe - Existe um sério empenho na satisfação dos nossos Munícipes e das suas necessidades.

Liderança - Liderar é partilhar o conhecimento e dar o primeiro passo na prossecução dos objetivos, reconhecendo o esforço individual para atingir essa meta. O líder exerce poder e influência, usando a sua capacidade intrínseca para servir, motivar, coordenar e dirigir o grupo.

Equidade - Todas as nossas atuações são tidas com a máxima isenção e justiça.



Humanismo - Potenciamos a diferença como forma de enriquecimento do trabalho em equipa, respeitando o Outro na sua diversidade.

MISSÃO

A **Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra**, tem como missão, regulamentar e gerir, sob sua responsabilidade e no interesse dos cidadãos do concelho, fins de interesse público municipal, nos termos e formas previstas na lei, tendo como objetivo principal das suas atividades, a melhoria das condições de vida, de trabalho e de lazer dos habitantes do concelho.

1.1. Organização dos serviços

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro estabeleceu um novo enquadramento jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais. De acordo com o diploma atrás mencionado a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais.

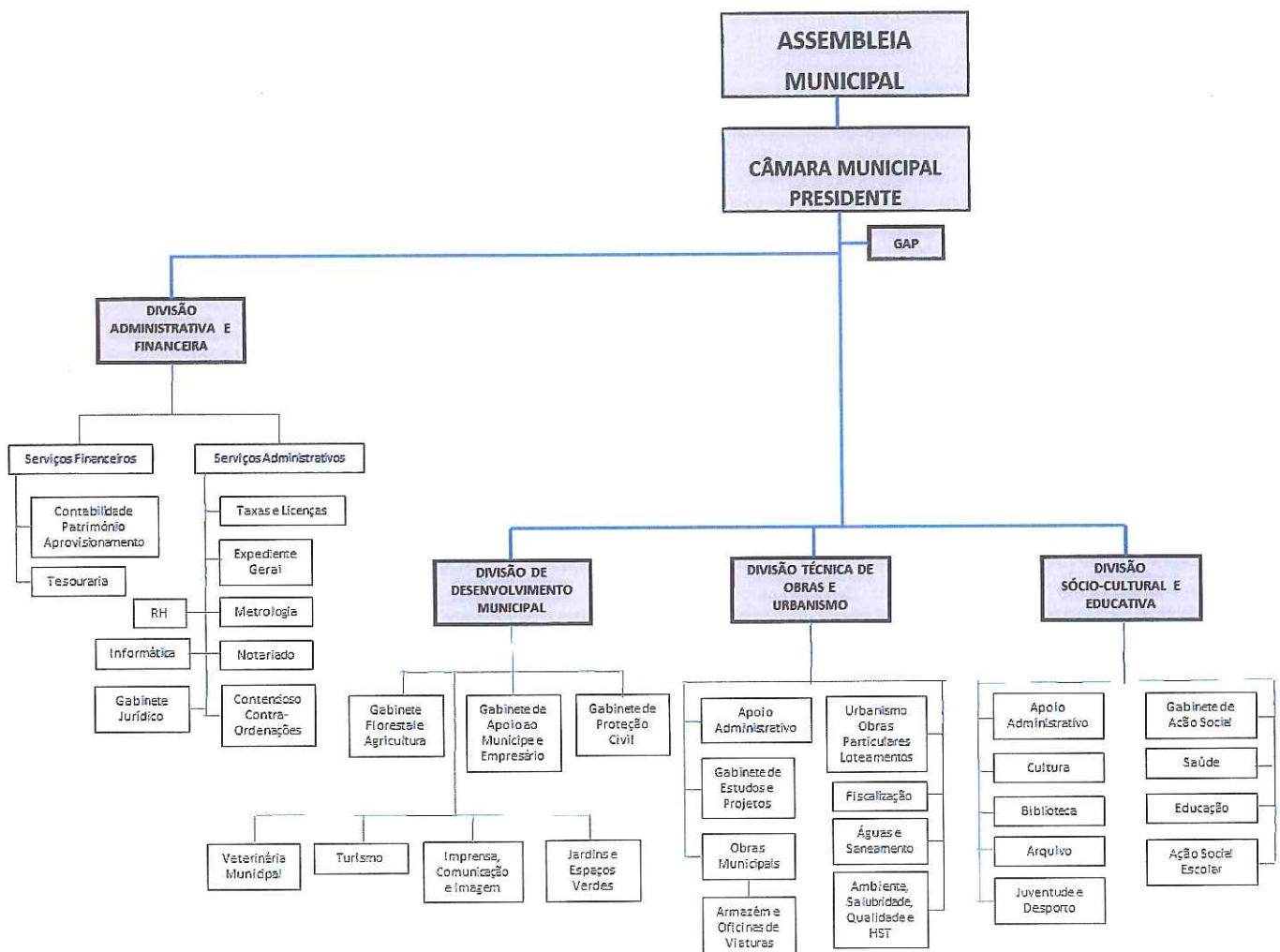
Durante o ano de 2012, foi publicada a Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, a qual entrou em vigor a 30 de agosto. A citada lei procede à adaptação à Administração Local da lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro na redação que lhe foi dada pela lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que



aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração, Regional e Local do Estado.

De acordo com o n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra teve de aprovar e adequar a sua estrutura orgânica, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, às regras e critérios previstos na presente lei, até 31 de dezembro de 2012.

Assim, foi publicado na 2ª Série do Diário da República de, 6 de Janeiro de 2013, a reestruturação dos serviços, de modo a potenciar todo o investimento realizado, através da rentabilização, tornando-se assim possível, diminuir custos de conservação de espaços e custos associados aos recursos humanos e materiais necessários para o correcto funcionamento de todas as infra-estruturas.





1.2. SIADAP

A Lei n.º 66-B/2007 de 28 de Dezembro, adaptada às Autarquias Locais, pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, institui o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), às Autarquias Locais, a partir do ano de 2010. Este sistema, avalia os dirigentes e demais trabalhadores, aplicando-se ao desempenho dos serviços públicos, numa concepção integrada dos sistemas de gestão e avaliação, permitindo alinhar, de uma forma coerente, os desempenhos dos serviços e dos que neles trabalham, com a Missão e os objetivos estratégicos da instituição.

O sistema integra três componentes:

- O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços (SIADAP 1);
- O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Dirigentes (SIADAP 2);
- O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores (SIADAP 3).

O SIADAP tem uma vocação de aplicação universal à administração estadual, regional e autárquica, prevendo no entanto mecanismos de flexibilidade e adaptação muito amplos de modo a enquadrar as especificidades das várias administrações, dos serviços públicos, das carreiras e das áreas funcionais do seu pessoal e das exigências de gestão.

O sistema assenta numa conceção de gestão dos serviços públicos centrada em objetivos. Neste sentido, na avaliação dos serviços, dos dirigentes e demais trabalhadores assumem um papel central os resultados obtidos em relação aos objetivos previamente fixados. Os resultados devem ser medidos mediante indicadores previamente fixados que permitam, entre



outros, a transparência, imparcialidade e a prevenção da discricionariedade.

A entrada em vigor da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2013), introduziu alterações à Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro (SIADAP).

As principais novidades são:

- O SIADAP 3 passa a ser bienal;
- O SIADAP 2 passa a ter a duração da comissão de serviço;
- O SIADAP 1 continua a ter carácter anual;
- Deixa de se prever o mérito dos serviços;
- Retira-se, em geral, os períodos sabáticos, os prémios de gestão e de desempenho e os dias de férias como efeito do desempenho relevante e excelente;
- A autoavaliação passa a ser facultativa;
- O Prazo para a homologação passa para 30 de Abril;

CICLO DE AVALIAÇÃO DE 2013 e 2014

Os Ciclos de Avaliação devem iniciar-se com a definição de objetivos estratégicos por forma a orientar e a alinhar a definição de objetivos das Divisões Municipais e dos serviços não integrados em Divisões Municipais, aos objetivos estratégicos estabelecidos pela Câmara Municipal para um determinado período.

Por despacho do Sr. Presidente da Câmara, foram fixados os seguintes objetivos estratégicos, para o biénio 2013/2014:

a) REFORÇAR A QUALIDADE. A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA EM TODOS OS SERVIÇOS MUNICIPAIS, tornando-os mais céleres, ágeis, simples, adequados, disponíveis e acessíveis:

- Diminuindo os prazos de resposta;
- Aumentando a taxa de execução das atividades planeadas;
- Agilizando e simplificando processos e procedimentos administrativos;
- Melhorando a qualidade de atendimento ao munícipe, aos agentes sociais, económicos e culturais, aferindo níveis de satisfação, valorizando a reclamação como oportunidade de melhoria, visando a proximidade às suas necessidades e desenvolvendo canais de interação alternativos, recorrendo às novas tecnologias;

b) DESENVOLVER A COMUNICAÇÃO INTERNA/INSTITUCIONAL

- Melhorar a comunicação entre os diferentes serviços e níveis hierárquicos;
- Promover a partilha de "experiências" inter-serviços, de modo a identificar fatores críticos de sucesso;
- Fomentar o trabalho em equipa, promovendo a comunicação, a cooperação e articulação entre serviços, dirigentes e trabalhadores.

c) IMPLEMENTAR O SIADAP EM TODOS OS SERVIÇOS MUNICIPAIS

- Assegurar a correta aplicação do sistema de avaliação do desempenho, nas suas vertentes humana e técnica;

- Instituir uma lógica de gestão por objetivos, (a gestão por objetivos pode ser descrita como um processo por meio do qual, avaliador e avaliado, identificam, em conjunto, os seus objetivos comuns, definem as suas principais áreas de atividade, em termos de resultados esperados, usam medidas como guias para a ação da unidade orgânica e estabelecem as contribuições para cada um dos seus membros) que garanta a articulação entre a missão da autarquia, os objetivos estratégicos, a missão e os objetivos de cada unidade orgânica e os objetivos individuais dos seus trabalhadores;
- Desenvolver uma cultura de avaliação e responsabilização vincada pela publicitação dos Objetivos, da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra e das suas Unidades Orgânicas, bem como dos Resultados obtidos;
- Definir objetivos, em estreita articulação com o Ciclo de Gestão, assentes em indicadores de medida e instrumentos de monitorização, como um meio de acompanhamento e de desenvolvimento dos desempenhos individuais e organizacionais;
- Desenvolver a prática de uma liderança pró-ativa, mobilizadora e esclarecedora do contributo das ações individuais para os objetivos coletivos;
- Promover o compromisso de toda a organização com esta nova cultura de cooperação, responsabilização, mérito e excelência, apostando na sua qualificação.

d) OPTIMIZAR OS RECURSOS EXISTENTES, designadamente Financeiros, Humanos, Técnicos e Infra-Estruturas, no sentido da redução das despesas (Comunicações; Eletricidade; Pessoal;



Combustíveis; Água para consumos de rega) sem prejuízo dos níveis de qualidade e eficácia pretendidos.

- e) IMPLER E MONITORIZAR AS POLÍTICAS ESTRATÉGICAS, no âmbito do Turismo, do Desenvolvimento Económico e do Ordenamento e Planeamento do Território.
- f) IMPLER boas práticas de modernização administrativa, promovendo o potencial do conhecimento e da partilha de informação.
- g) DESENVOLVER E CONSOLIDAR redes de parcerias, fomentando o envolvimento e a participação dos intervenientes locais, regionais e/ou nacionais em projetos Municipais.

1.3. Recrutamento

O recrutamento de trabalhadores envolve o planeamento e a selecção de pessoas que se relacionam com o ambiente organizacional devido ao convívio com o mercado de trabalho (oferta e procura) e mercado de recursos humanos (indivíduos aptos para o trabalho). Tais mercados são regulados pela lei da oferta e da procura.

Durante o ano de 2013, devido ao controlo do recrutamento de trabalhadores nas administrações regionais e autárquicas, não foram recrutados trabalhadores para o Município.

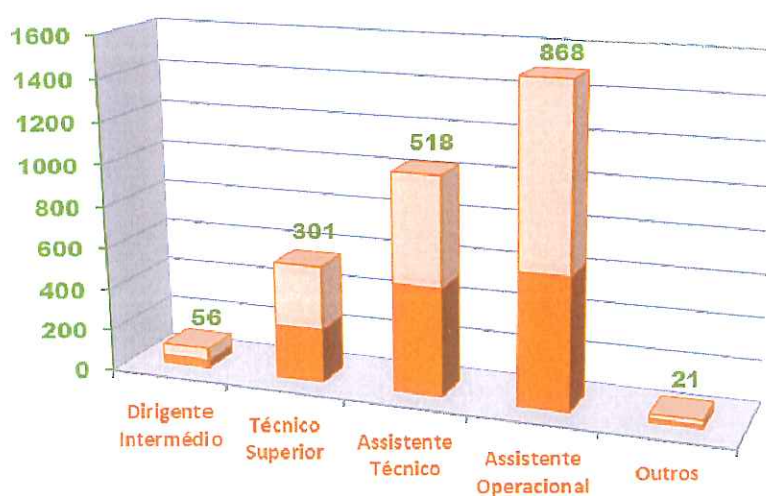
1.4. Formação

O Município de Pampilhosa da Serra, traçou um Plano de Formação para o ano de 2013, tendo em conta os perfis de competências dos seus trabalhadores, com o intuito de os beneficiar, de igual forma, na aquisição de novos conhecimentos profissionais para o bom desempenho das suas funções.

Foram realizadas 21 Ações de Formação, através da CIMPIN. Nestas ações de formação, o Município não teve qualquer encargo financeiro, uma vez que são financiadas em 100% pelo POPH.

Foram ainda realizadas formações, em outras entidades.

Número de Horas despendidas por Carreira/Categoria em Ações de Formação Profissional



Fonte: Recursos Humanos/Ano 2013

Este gráfico, demonstra a atitude evolutiva, tendo em conta o número de trabalhadores por Carreira/Categoria, que usufruíram de formação profissional, no ano de 2013. Esta é, uma aposta evidente deste Município. Verificou-se ainda, um acréscimo do número de ações e horas ministradas, revelando uma forte intenção de aumentar a produtividade, a eficiência e a qualidade dos serviços.

Motivar os trabalhadores é uma prioridade, que se estabelece, entre, adequar as funções desempenhadas, com as competências de cada um.

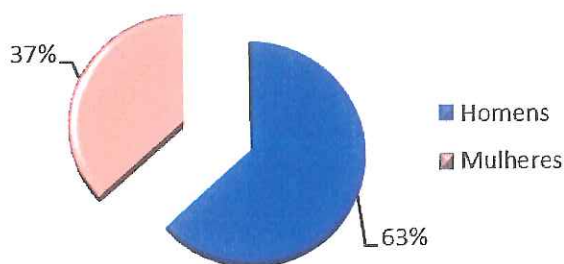
As despesas inerentes à Formação Profissional, durante o ano de 2013, foram de 9826,00€.

1.5. Caracterização dos Recursos Humanos

CARATERIZAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2013, o Município de Pampilhosa da Serra tem 144 trabalhadores no mapa de pessoal, dos quais, 91 eram do sexo masculino e 53 do sexo feminino.

Pessoal do Quadro por sexo



Fonte: Recursos Humanos/Ano 2013



Fonte: Recursos Humanos/Ano 2013

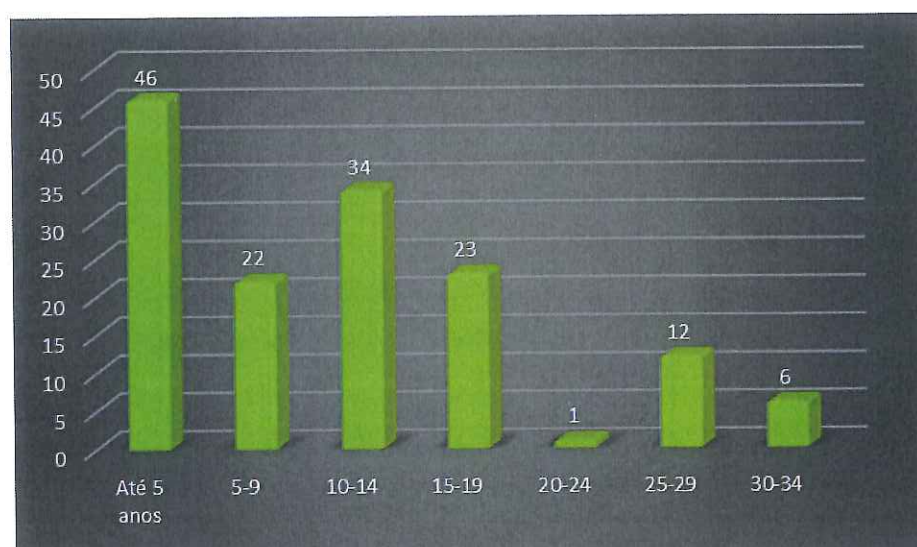
A tabela seguinte mostra a divisão dos trabalhadores por carreira segundo a modalidade de vinculação e género. Destaca-se o conjunto de operários que representam o maior grupo de pessoal na autarquia. De referir ainda, que os dois dirigentes são oriundos da carreira de técnico superior.

Trabalhadores por carreira segundo a modalidade de vinculação e género

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Fiscais Municipais	Total
Comissão de Serviço	2						2
Contrato por tempo indeterminado		26	33	78	3	2	142
Contrato por termo resolutivo certo	-	-	-	-	-	-	-
Total	2	26	33	78	3	2	144

Antiguidade dos Trabalhadores

No que concerne à antiguidade dos trabalhadores da autarquia a 31 de Dezembro de 2013, podemos concluir, de acordo com a

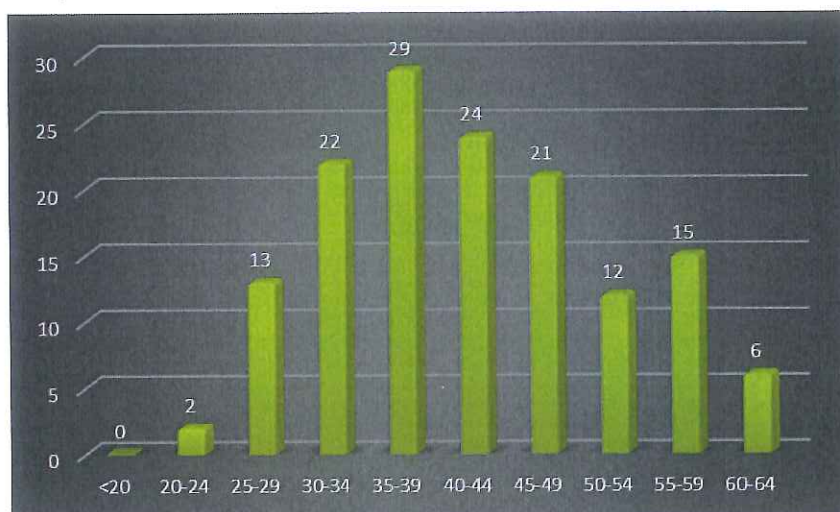


leitura do gráfico abaixo, que 47,22% tem menos de 10 anos de serviço.

Fonte: Balanço Social 2013

Escalão Etário

A média de idades dos trabalhadores da autarquia a 31 de Dezembro de 2013 era de 40,6 anos, sendo a faixa etária dos 35 aos 39, que possui mais elementos.



Fonte: Balanço Social 2013

Habilitações Académicas

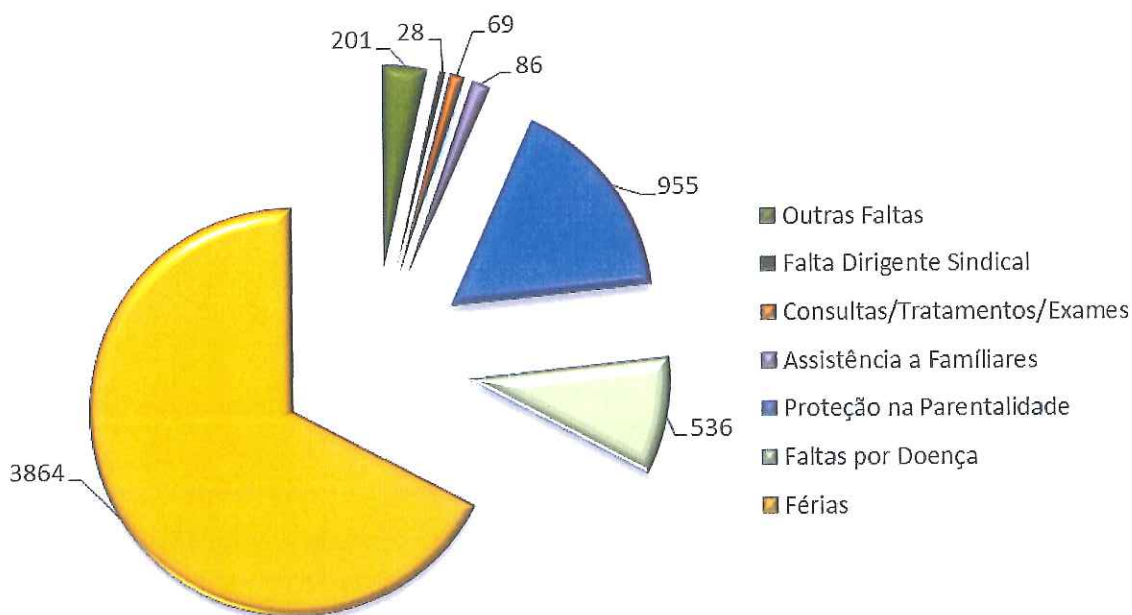
Nos Grupos de Pessoal de Assistente Operacional situa-se o nível de instrução mais baixo. 29 trabalhadores possuem apenas o 4.º ano de escolaridade, 16 o 6.º ano e 27, o 9.º ano de escolaridade. No que diz respeito aos restantes níveis de escolaridade destacam-se, 38 trabalhadores com o 12º ano e 34 trabalhadores com o grau de Licenciatura.

Absentismo

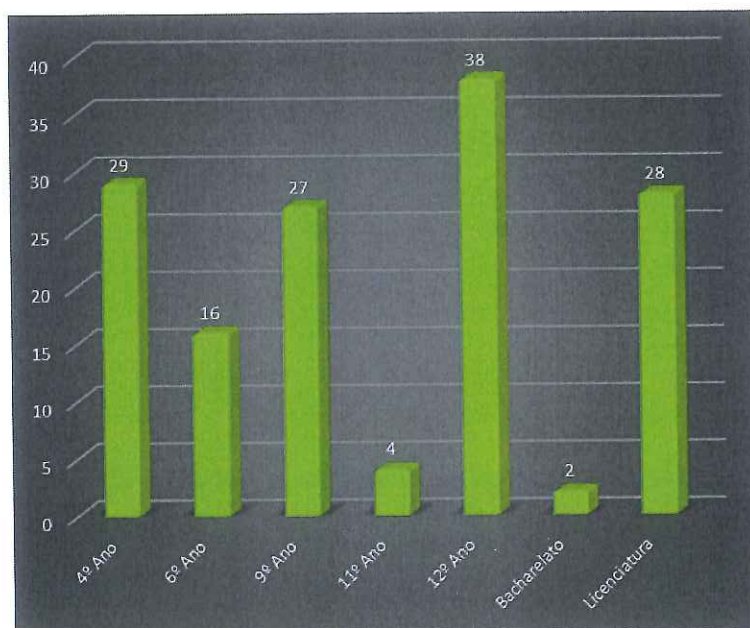
Num total de 5739 ausências, durante o ano de 2013, realça-se as ausências por férias, com 3864 dias (67,33 %).

A taxa de absentismo é uma relação entre os dias de ausência e o total de dias trabalháveis. Retirando as férias e em termos absolutos, as faltas por parentalidade contribuíram com 50,93 % para o absentismo e as faltas por doença, contribuíram com cerca de 28,59 %.

Absentismo em dias



Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho



Durante o ano de 2013 ocorreram 9 acidentes em serviço, com predominância na Carreira/Categoria de Assistente Operacional. Do total de acidentes de trabalho resultaram 352 dias por baixa.

Relativamente à Medicina no Trabalho, foram efetuadas 80 consultas, tendo sido despendida uma verba de 9 394,56€.

1. ANÁLISE ECONOMICO - FINANCEIRA

INTRODUÇÃO

O Orçamento Municipal é um documento de extrema importância, onde são previstas todas as receitas que a autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar, sendo por isso um documento essencial na gestão diária da autarquia, não deixando contudo de ser um documento previsional. Apesar de ser elaborado com o máximo rigor, tem alguma flexibilidade para fazer face a eventuais realidades que possam surgir. Assim, de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, podem as autarquias efetuar alterações e revisões orçamentais, para fazer face a essas situações.

Analisando os quadros e comparando os valores do orçamento final com os montantes executados da receita e da despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, mostrando uma taxa de execução da receita e da despesa de **87,61% e 79,92%** respetivamente.

Estes rácios, traduzem assim a capacidade de realização das atividades programadas, dado que a taxa referente às despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos (execução financeira) e da receita a efetivamente cobrada.

No campo das receitas, verifica-se que a sua cobrança registou um desempenho bastante aceitável, quer ao nível das receitas correntes quer de capital, representando uma taxa de execução de **91,87% e 74,34%** respetivamente.

Ao analisar a execução da despesa, constata-se que os recursos financeiros realizados foram afetos **86,30%** a despesas correntes e **69,09%** as despesas de capital

RECEITAS



As receitas totais cobradas ascenderam no valor de **€ 10 313 498,54**, sendo de **€ 8 142 901,47** de receita corrente, **€ 2 161 510,74** de receitas de capital.

Como referido, a receita global cobrada referente ao ano de 2013, foi de **€ 10 313 498,54**, correspondente a **87,61%** da receita orçamentada final, tendo resultado um desvio negativo de (-)€ 1 457 932,46, correspondente a **12,39 %**. A decomposição do desvio verificado, permite-nos aquilatar, em que tipo de receitas se verificou e qual a sua magnitude.

A receita corrente orçamentada final foi de **€ 8 863 871,00** tendo-se arrecadado o montante de **€ 8 142 901,47**, ou seja, cobrou-se **91,87%** do que o orçamentado, para este tipo de receita, havendo um desvio negativo de (-) **8,13%**, correspondente a **€ 720 969,53**.

A receita de capital orçamentada final foi de **€ 2 907 510,00**, tendo-se arrecadado o montante de **€ 2 161 510,74**, ou seja **74,34 %** do orçamentado, havendo um desvio de (-) **25,66%**

O desvio verificado deve-se essencialmente ao facto de ainda não terem sido transferidas diversas participações, relativas a obras concluídas ou em fase terminal de execução, no âmbito do programa FEDER/QREN, no valor aproximado de **€ 330 000,00**.

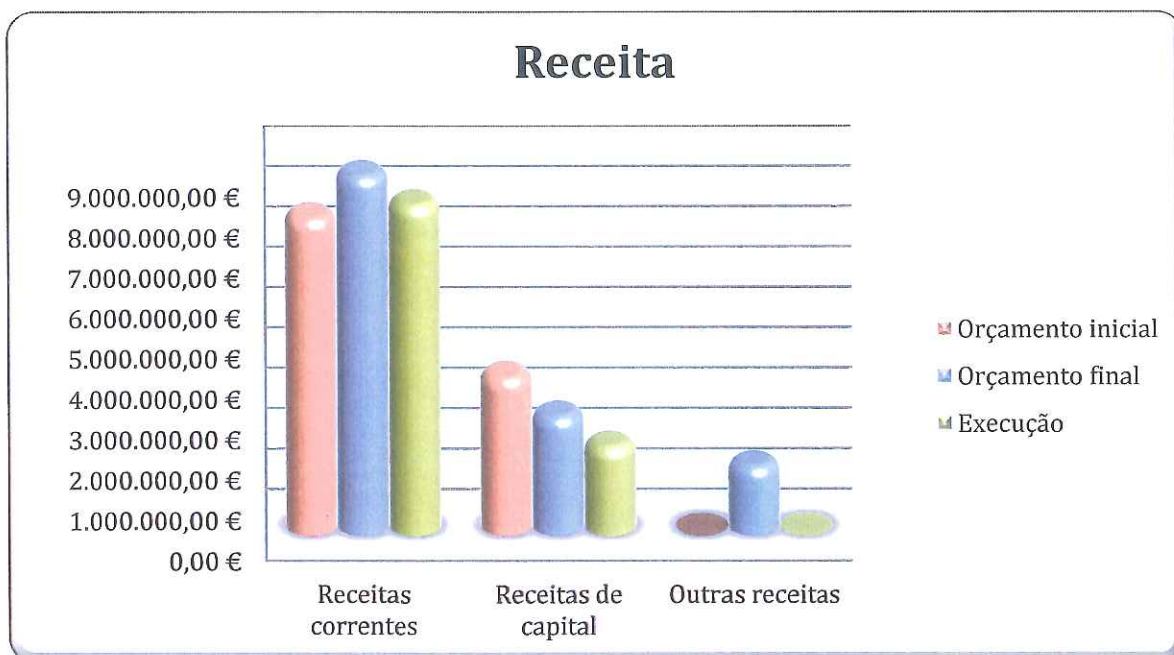
Relativamente a outras candidaturas feitas, cuja decisão já foi tomada, pelos órgãos do POVT (Plano Operacional de Valorização Territorial) o seu valor ascende aproximadamente a **€ 230 000,00** e respeitam às seguintes obras:

- Rede Pública de Distribuição de Água, Drenagem e Tratamento de Esgotos Domésticos de Maria Gomes;
- Rede Pública de Distribuição de Água, Drenagem e Tratamento de Esgotos Domésticos – Armadouro;

Acresce ainda que o orçamento previsional contém uma verba nele inscrita, que se destina à reversão de (+-) € 210 000,00, pelo incumprimento de execução de empreitadas.



Receita				
Designação	Orçamento inicial (€)	Orçamento final (€)	Execução (€)	Percentagem (%)
Receitas correntes	7.817.616,00	8.863.871,00	8.142.901,47	91,87
Receitas de capital	3.892.364,00	2.907.510,00	2.161.510,74	74,34
Outras receitas	50,00	50,00	9.086,33	18172,66
Total	11.710.030,00	11.771.431,00	10.313.498,54	87,61





RECEITA 2013

Receita				
Receitas	Orçamento inicial (€)	Orçamento final (€)	Execução (€)	(%)
Receitas correntes				
Impostos diretos	488.550,00	538.550,00	466.223,71	86,57
Impostos indiretos	23.961,00	23.961,00	8.101,45	33,81
Taxas, multas e outras penalidades	52.925,00	52.925,00	35.779,29	67,60
Rendimentos de propriedade	59.750,00	79.750,00	25.407,02	31,86
Transferências correntes	6.676.380,00	7.652.635,00	7.105.741,67	92,85
Venda de bens e serviços correntes	495.450,00	495.450,00	477.816,05	96,44
Outras receitas correntes	20.600,00	20.600,00	23.832,28	115,69
<i>Total das receitas correntes</i>	7.817.616,00	8.863.871,00	8.142.901,47	91,87
Receitas de capital				
Venda de bens de investimento	126.050,00	126.050,00	6.976,81	5,53
Transferências de capital	3.766.064,00	2.556.210,00	2.154.533,93	84,29
Ativos financeiros	50,00	50,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	50,00	50,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	150,00	225.150,00	0,00	0,00
Reposições não abatidas nos pagamentos	50,00	50,00	9.086,33	18.172,66
<i>Total das receitas de capital</i>	3.892.364,00	2.907.510,00	2.161.510,74	74,34
TOTAL GERAL	11.710.030,00	11.771.431,00	10.313.498,54	87,61

DESPESAS

A despesa realizada no ano de **2013**, foi de **€ 10 740 628,52** e a paga de **igual valor**, não tendo transitado qualquer dívida, conforme Mapa de Controlo Orçamental da Despesa.

O quadro Execução dos Documentos Previsionais do ano de **2013**, apresenta a execução do orçado ao nível do Cabimento, Compromisso, Realizado, Pago e Dívida.

O Cabimento é a cativação de determinada verba, visando a realização de uma despesa.

O Compromisso é a assunção face a terceiros da responsabilidade de realizar determinada despesa.

O Realizado é a contabilização dos bens, serviços e ou outras despesas que são devidas a favor de terceiros, suportadas *vulgarmente*, por faturas ou documentos equivalentes.

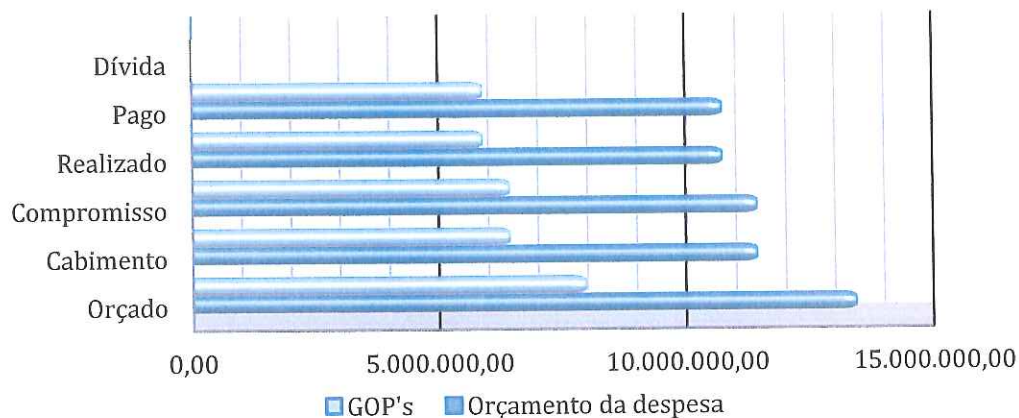
Da análise ao referido anteriormente, e ao nível do Orçamento da Despesa faz-se a seguinte leitura:

- A diferença entre o realizado e o Pago – “ *dívida orçamental* ” – é em 31 de Dezembro de **2013 de € 0,00**.
- A diferença entre os Compromissos e o Pago – são em 31 de Dezembro de **2013 de € 702 428,17**.

Execução dos documentos previsionais						
Designação	Ano de 2013					
	Orçado (€)	Cabimento (€)	Compromisso (€)	Realizado (€)	Pago (€)	Dívida (€)
Orçamento da despesa	13.439.800,39	11.443.056,69	11.443.056,69	10.740.628,52	10.740.628,52	0,00
GOP' s	7.982.500,00	6.445.769,17	6.445.769,17	5.901.672,88	5.901.672,88	0,00



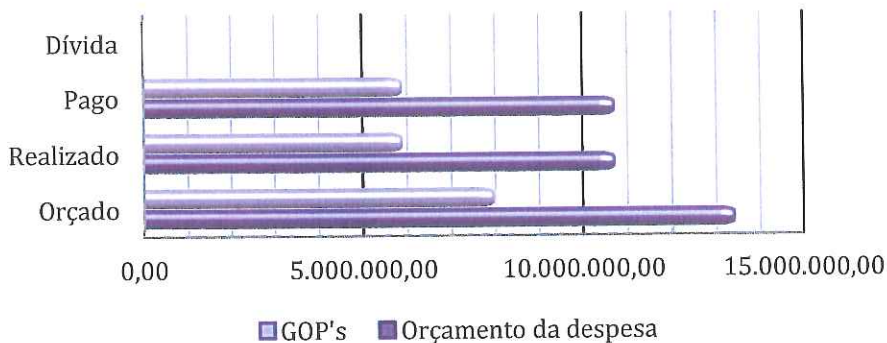
Execução dos documentos previsionais



Execução orçamental

Designação	Ano de 2013					Obs.
	Orçado (€)	Realizado (€)	Pago (€)	Dívida (€)	(%)	
Orçamento da despesa	13.439.800,39	10.740.628,52	10.740.628,52	0,00	0,00	
GOP,s	7.982.500,00	5.901.672,88	5.901.672,88	0,00	0,00	

Execução orçamental



Refira-se que o valor de **€ 702 428,17** entre o Compromisso e o Realizado, não pode ser considerada dívida orçamental, uma vez que os trabalhos ainda não foram efetuados, ou se o foram, ainda não foi emitida a competente fatura ou documento equivalente.




As despesas totais geradas ascenderam a € 10 740 628,52, sendo de despesas correntes € 7 296 608,63, correspondentes a 67,93% e de despesas de capital € 3 444 019,89, correspondentes a 32,07%.

DESPESAS		
Despesas	Valor (€)	(%)
Total das despesas correntes	7.296.608,63	67,93
Total das despesas de capital	3.444.019,89	32,07
Total geral	10.740.628,52	100,00

2013 DESPESA

Despesa				
Despesas	Orçamento inicial (€)	Orçamento final (€)	Execução (€)	(%)
Despesas correntes				
Pessoal	2.869.750,00	2.626.250,00	2.508.749,73	95,53
Aquisição de bens e serviços correntes	3.393.380,00	4.362.380,00	3.530.475,67	80,93
Juros e outros encargos	20.000,00	15.000,00	3.608,40	24,06
Transferências correntes	1.042.150,00	1.375.650,00	1.204.646,88	87,57
Subsídios	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	126.500,00	73.770,39	49.127,95	66,60
Total das despesas correntes	7.453.780,00	8.455.050,39	7.296.608,63	86,30
Despesa de capital				
Aquisição de bens de investimento	3.509.000,00	4.219.500,00	2.915.431,49	69,09
Transferências de capital	447.050,00	465.050,00	246.293,19	52,96
Ativos financeiros	50,00	50,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	300.050,00	300.050,00	282.295,21	94,08
Outras despesas de capital	100,00	100,00	0,00	0,00
Total das despesas de capital	4.256.250,00	4.984.750,00	3.444.019,89	69,09
TOTAL GERAL	11.710.030,00	13.439.800,39	10.740.628,52	79,92



Da apreciação aos quadros constata-se o seguinte:

As despesas correntes pagas ascenderam a **€ 7 296 608,63**, o que face à dotação orçamental inscrita, indica um grau de execução de **86,30 %**;

O montante despendido com pessoal, (incluindo as remunerações, abonos e segurança social) representa **23,36%** do total das despesas correntes, e apresenta um grau de execução financeira de **95,53 %**;

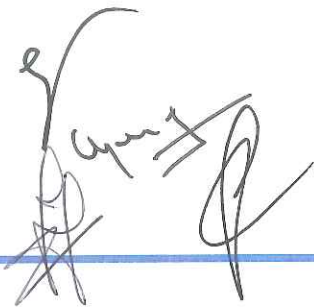
O montante das despesas de capital pagas foi de **€ 3 444 019,89**, tendo o nível de execução orçamental ficado aparentemente aquém do valor das despesas correntes, ao apresentar um grau de execução de **69,09%** do valor orçado.

A rubrica aquisição de bens de investimento, que absorve quase a globalidade do montante orçamentado, para as despesas de capital, (**84,65%**) teve uma realização de **69,09%**. Esta discrepância deve-se ao facto de a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra ter “compromissos” de obras, e algumas estarem a decorrer.

Este atraso deve-se essencialmente a uma época estival extremamente rigorosa, que não permitiu o início e o *terminus* de algumas obras que estavam a decorrer, como seja a abertura de estradas, pavimentações e impermeabilização de cobertura de edifícios. O seu montante global-compromisso é de +- € 400 000,00

Este investimento e outra despesa corrente, que no sua totalidade oscila em +- € 700 000,00 – vulgo *compromisso* está assegurado, pelas verbas em numerário existentes em cofre neste Município, no valor de € 1 240 000,00 aproximadamente.

Mapa resumo das receitas e despesas					
Receitas			Despesas		
Receitas	Valor (€)	%	Despesas	Valor (€)	(%)
Total das receitas correntes	8.142.901,47	79,02	Total das despesas correntes	7.296.608,63	67,93
Total das receitas de capital	2.161.510,74	20,98	Total das despesas de capital	3.444.019,89	32,07
Total geral	10.304.412,21	100,00	Total geral	10.740.628,52	100,00



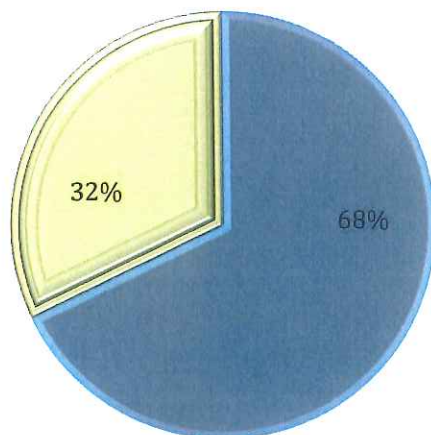
Receita

Total das
receitas
correntes
79%



Total das
receitas de
capital
21%

Despesa



■ Total das despesas
correntes
■ Total das despesas
de capital



RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS COM SALDOS DE GERÊNCIA

Receitas	Valor (€)	(%)	Despesas	Valor (€)	(%)
Saldo inicial de gerência	1.668.369,39	13,92	Saldo final de gerência	1.241.239,41	10,36
Receitas correntes			Despesas correntes		
Impostos diretos	466.223,71	3,89	Pessoal	2.508.749,73	20,94
Impostos indiretos	8.101,45	0,07	Aquisição de bens e serviços correntes	3.530.475,67	29,47
Taxas, multas e outras penalidades	35.779,29	0,30	Juros e Outros encargos	3.608,40	0,03
Rendimentos da propriedade	25.407,02	0,21	Transferências correntes	1.204.646,88	10,05
Transferências correntes	7.105.741,67	59,30	Subsídios	0,00	0,00
Venda de bens e serviços correntes	477.816,05	3,99	Outras despesas correntes	49.127,95	0,41
Outras receitas correntes	23.832,28	0,20			
Total das receitas correntes	8.142.901,47	67,96	Total das despesas correntes	7.296.608,63	60,90
Receitas de capital			Despesas de capital		
Venda de bens de investimento	6.976,81	0,06	Aquisição de bens de capital	2.915.431,49	24,33
Transferências de capital	2.154.533,93	17,98	Transferências de capital	246.293,19	2,06
Ativos financeiros	0,00	0,00	Ativos financeiros	0,00	0,00
Passivos financeiros	0,00	0,00	Passivos financeiros	282.295,21	2,36
Outras receitas de capital	0,00	0,00	Outras despesas de capital	0,00	0,00
Reposições não abatidas nos pagamentos	9.086,33	0,08			
Total das receitas de capital	2.170.597,07	18,12	Total das despesas de capital	3.444.019,89	28,74
TOTAL GERAL	11.981.867,93	100,00	TOTAL GERAL	11.981.867,93	100,00



Mapa Resumo das Receitas e Despesas Efetivas

Resumo das receitas e despesas efetivas					
Receitas	Valor (€)	(%)	Despesas	Valor (€)	(%)
Receitas correntes			Despesas correntes		
Impostos diretos	466.223,71	3,89	Pessoal	2.508.749,73	23,36
Impostos indiretos	8.101,45	0,07	Aquisição de bens e serviços correntes	3.530.475,67	32,87
Taxas, multas e outras penalidades	35.779,29	0,30	Juros e Outros encargos	3.608,40	0,03
Rendimentos da propriedade	25.407,02	0,21	Transferências correntes	1.204.646,88	11,22
Transferências correntes	7.105.741,67	59,30	Outras despesas correntes	49.127,95	0,46
Venda de bens e serviços correntes	477.816,05	3,99			
Outras receitas correntes	23.832,28	0,20			
Total das receitas correntes	8.142.901,47	78,95	Total das despesas correntes	7.296.608,63	67,93
Receitas de capital			Despesas de capital		
Venda de bens de investimento	6.976,81	0,06	Aquisição de bens de capital	2.915.431,49	27,14
Transferências de capital	2.154.533,93	17,98	Transferências de capital	246.293,19	2,29
Ativos financeiros	0,00	0,00	Ativos financeiros	0,00	0,00
Passivos financeiros	0,00	0,00	Passivos financeiros	282.295,21	2,63
Outras receitas de capital	0,00	0,00	Outras despesas de capital	0,00	0,00
Reposições não abatidas nos pagamentos	9.086,33	0,09			
Total das receitas de capital	2.170.597,07	21,05	Total das despesas de capital	3.444.019,89	32,07
TOTAL GERAL	10.313.498,54	100,00	TOTAL GERAL	10.740.628,52	100,00

Mapa Descritivo das Despesas de Investimento

Despesas de investimento			Valor (€)	Total (€)
01.02	0701	INVESTIMENTOS		
01.02	070101	Terrenos	7.000,00	7.000,00
01.02	070102	Habitações		5.000,00
01.02	07010202	Aquisição	5.000,00	
01.02	070103	Edifícios		525.220,58
01.02	07010301	Instalações de serviços	165.537,25	
01.02	07010302	Instalações desportivas e recreativas	165.948,56	
01.02	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	23.418,69	
01.02	07010305	Escolas	9.483,52	
01.02	07010307	Outros	160.832,56	
01.02	070104	Construções diversas		1.642.624,22
01.02	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	562.040,56	
01.02	07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	25.086,98	
01.02	07010403	Estações de tratamento de águas residuais	5.575,57	
01.02	07010405	Parques e jardins	116.974,94	
01.02	07010406	Instalações desportivas e recreativas	11.001,13	
01.02	07010407	Captação e distribuição de água	121.565,43	
01.02	07010408	Viação rural	416.074,31	
01.02	07010409	Sinalização e trânsito	133.118,76	
01.02	07010413	Outros	251.186,54	
01.02	070106	Material de transporte		193.958,28
01.02	07010602	Outro	193.958,28	
01.02	070107	Equipamento de informática	9.160,05	9.160,05
01.02	070108	Software de informática	13.348,20	13.348,20
01.02	070109	Equipamento administrativo	17.290,11	17.290,11
01.02	070110	Equipamento básico		501.830,05
01.02	07011001	Equipamento de recolha de resíduos	2.054,10	
01.02	07011002	Outro	499.775,95	
TOTAL DA AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO				2.915.431,49

Mapa Resumo da Despesa Funcional

	OBJETIVOS	Dotação inicial (€)	Dotação final (€)	Compromisso (€)	Despesa paga (€)	(%)
1	FUNÇÕES GERAIS					
1.1.0	Serviços gerais de administração pública					
1.1.1	Administração geral	992.000,00	1.140.500,00	1.000.449,21	927.800,83	81,35
1.2.0	Segurança e ordem públicas					
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	136.000,00	159.265,00	139.129,67	139.129,67	87,36
2	FUNÇÕES SOCIAIS					
2.1.0	Educação					
2.1.1	Ensino não superior	312.500,00	303.000,00	241.666,78	232.162,03	76,62
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	305.000,00	365.000,00	327.766,15	307.224,22	84,17
2.2.0	Saúde					
2.2.1	Serviços individuais de saúde	0,00	67.000,00	56.518,50	56.518,50	84,36
2.3.0	Segurança e ação social					
2.3.2	Ação social	435.000,00	469.235,00	260.863,81	244.891,89	52,19
2.4.0	Habituação e serviços coletivos					
2.4.2	Ordenamento do território	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3	Saneamento	265.000,00	207.500,00	97.185,58	94.285,18	45,44
2.4.4	Abastecimento de água	495.000,00	455.500,00	324.681,94	292.070,76	64,12
2.4.5	Resíduos sólidos	75.000,00	75.000,00	43.498,06	41.625,04	55,50
2.4.6	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	385.000,00	263.000,00	185.492,12	185.363,87	70,48
2.5.0	Serviços culturais, recreativos e religiosos					
2.5.1	Cultura	360.000,00	430.000,00	377.811,37	377.698,87	87,84
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	530.000,00	435.000,00	317.794,58	273.145,37	62,79
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS					
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	76.000,00	101.000,00	78.547,80	78.547,80	77,77
3.2.0	Indústria e energia	55.000,00	45.000,00	11.946,46	11.438,72	25,42
3.3.0	Transportes e comunicações					
3.3.1	Transportes rodoviários	1.275.000,00	2.137.500,00	1.894.745,66	1.582.252,82	74,02
3.3.2	Transportes aéreos	90.000,00	57.500,00	42.095,42	42.046,46	73,12
3.4.0	Comércio e turismo					
3.4.1	Mercados e feiras	55.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
3.4.2	Turismo	540.000,00	430.000,00	299.425,40	271.320,19	63,10
4	OUTRAS FUNÇÕES					
4.1.2	Diversas não especificadas	682.000,00	826.500,00	746.150,66	744.150,66	90,04
	TOTAL	7.068.500,00	7.982.500,00	6.445.769,17	5.901.672,88	73,93

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

➤ SERVIÇO DA DÍVIDA

Compreende-se “ Serviço da Dívida “ como os pagamentos efetuados a título de amortização e juros dos empréstimos junto de instituições financeiras. A contratação de empréstimos, foi a opção para a autarquia poder complementar o recurso a financiamentos na concretização de investimentos. Neste sentido, o crédito bancário constituiu uma alternativa viável, na materialização dos objetivos tidos como prioritários na satisfação das necessidades das populações locais.

De acordo com o estipulado no nº 1 do artigo 37º da Lei nº 02/2007, de 15 de Janeiro (Lei da Finanças Locais), os municípios podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como a emitir obrigações e celebrar contratos de locação financeira, nos termos da lei.

Em 2013, o Município de Pampilhosa da Serra iniciou a sua gerência com uma dívida de **€ 567 523,39** resultante de diversos empréstimos a médio e longo prazo, contraídos junto da Caixa Geral de Depósitos.

No decorrer da Gerência do ano de 2013, foram pagos juros no montante de **€ 2 781,70**; amortizações no valor de **€ 282 295,21**. Assim, a dívida em 31-12-2013 era de **€ 285 228,18**.

O Município não recorreu ao crédito a curto prazo durante o ano de 2013. Se tivesse existido dificuldades de tesouraria, o montante de endividamento a curto prazo seria de **€ 597 702,67**, de acordo com o nº 1 do artigo 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município do FEF e da participação do IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior)

ESTRUTURA DA DÍVIDA

DÍVIDA EM 01 DE JANEIRO DE 2013	567 523,39
AMORTIZAÇÕES (DIMINUIÇÃO DA DÍVIDA)	282 295,21
DÍVIDA EM31 DE DEZEMBRO DE 2013	285 228,18



Em face do disposto no n.º 1 do art.º 37º da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro, (Lei das Finanças Locais) a situação é demonstrada nos quadros seguintes:

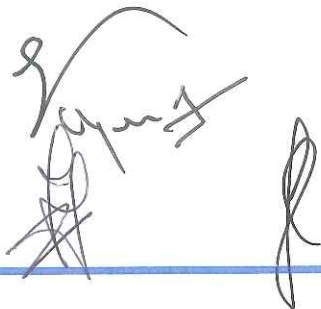
QUADRO - 1							
MAPA II							
DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DOS LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL PARA 2013							
RECEITAS MUNICIPAIS			RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES PAGOS	RECEITA COBRADA LIQUIDA	Observações	
			(1)	(2)	(3)=(1)-(2)		
Designação	Ano	Entidade			Montante €		
1	IMI	2012	DGCI	377.459,71	3.982,16	373.477,55	Receitas arrecadadas em 2012, por conta de impostos municipais (receita líquida)
2	IUC	2012	DGCI	60.205,30	0,00	60.205,30	
3	IMT	2012	DGCI	28.559,24	2.426,43	26.132,81	
4	CA	2012	DGCI			0,00	
5	SISA	2012	DGCI			0,00	
6	DERRAMA	2012				0,00	
7	SEL	2012				0,00	
8	FEF+IRS 2013					5.517.211,00	
9	Total das receitas a considerar para efeito de cálculo dos limites de endividamento					5.977.026,66	9=(1...7)+(8)
10	Limite ao endividamento de curto prazo					597.702,67	10=10%x(9)
11	Limite ao endividamento de médio e longo prazo					5.977.026,66	11=100%x(9)
12	Limite ao endividamento líquido					7.471.283,33	12=(125%x(9))



QUADRO - 2			
MAPA III			
DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DOS LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL PARA 2013			
	DESIGNAÇÃO	Montante	Observações
1	Capital em dívida de médio e longos prazos	567.523,39	
2	Total do endividamento líquido	-1.368.602,74	
3	Capital em dívida excecionado dos limites de endividamento	0,00	
4	Dívidas à EDP	0,00	
5	Capital em dívida de médio e longos prazos a considerar	567.523,39	5=(1)-(3)
6	Endividamento líquido a considerar	-1.368.602,74	6=(2)-(3)-(4)
7	Endividamento médio e longo prazos - montante em excesso	-5.409.503,27	7=(5) Quadro 2 - (11) Quadro 1
8	Endividamento líquido - montante em excesso	-8.839.886,07	8=(6)do Quadro 2 - (12) do Quadro 1

Este limite é calculado de forma compatível com o SEC 95, tendo como fim controlar o stock da dívida, sendo introduzido para possibilitar o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, no âmbito da União Económica e Monetária, nomeadamente do critério do défice das contas públicas.

No final do exercício do ano de 2013, o endividamento líquido municipal passou de € 1 433 246,01 para € 1 368 602,74 .



ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL
2013

Contas	Descrição	Saldo Inicial 01-01-2013	Saldo Final 31-12-2013
ACTIVOS FINANCEIROS			
11+12	Caixa e Depósitos em instituições Financeiras	1.995.585,88	1.525.590,70
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes	9.037,81	9.893,74
24	Estado e outros entes públicos	9.808,56	21.018,68
2729+2711	Custos e acréscimos	31.072,73	18.138,82
411	Partes de capital	241.137,42	241.137,42
(1)	TOTAL DOS ACTIVOS FINANCEIROS	2.286.642,40	1.815.779,36
PASSIVOS FINANCEIROS			
217	Clientes e utentes com cauções	2.772,66	2.022,66
221	Fornecedores	52.493,51	1.924,81
23121	Empréstimos bancários de médio e longo prazos	567.523,39	285.228,18
24	Estado	25.327,37	35.419,95
263	Outros entes públicos	370,16	367,97
2611	Fornecedores de imobilizado	28.624,86	238,81
262	Pessoal	50,00	50,00
268	Devedores e credores diversos	176.234,44	121.924,24
(2)	TOTAL DOS PASSIVOS FINANCEIROS	853.396,39	447.176,62
(1) - (2)	CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	1.433.246,01	1.368.602,74

ANÁLISE FINANCEIRA

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A Prestação de contas também prevê a parte patrimonial: custos e proveitos, ativos e passivos, são um sistema que tem como principal objetivo o registo de todas as operações da autarquia que originam alterações no seu património.

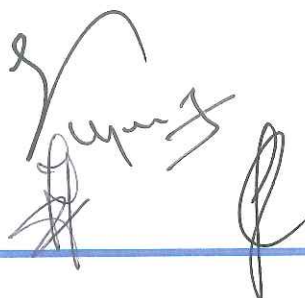
As demonstrações financeiras do Município da Pampilhosa da Serra, a 31 de Dezembro, foram preparadas, em conformidade com os princípios contabilísticos das disposições do POCAL.

A situação financeira e patrimonial é analisada no âmbito do Balanço e da Demonstração de Resultados, os quais são peças contabilísticas fundamentais, proporcionam uma visão completa sobre a situação económica, financeira e patrimonial do Município, bem como os resultados obtidos pela Autarquia Local, permitindo, desta forma, a comparabilidade da informação relativa à prestação de contas dos vários mapas e anexos em cada ano económico.

- **Demonstração de Resultados**

O quadro seguinte simplifica os resultados alcançados pelo Município de Pampilhosa da Serra, é o quadro contabilístico que mostra a natureza dos múltiplos custos e perdas, proveitos e ganhos, conducentes aos resultados. Avalia como foram aplicados os recursos utilizados e compara os custos e perdas incorridas para obtenção dos proveitos e ganhos. De salientar que os proveitos são classificados em correntes e extraordinários.

Salienta-se a movimentação da conta **74** pelo seu elevado valor – **Transferências e subsídios obtidos**, que se destina a revelar as Transferências provenientes do OE, sob a forma de Transferências Financeiras ao abrigo da Lei das Finanças Locais ou de contratos de cooperação técnica e financeira.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

CONTAS		EXERCÍCIOS			
		2013		2012	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias	155.797,05		150.768,59	
	Matérias	0,00	155.797,05	1.756,63	152.525,22
62	Fornecimentos e serviços externos	3.309.045,93		3.232.822,52	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	1.976.352,18		1.961.713,10	
643 a 648	Encargos sociais:	455.582,84	5.740.980,95	344.459,73	5.538.995,35
63	Transf.e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1.204.684,28	1.204.684,28	897.443,03	897.443,03
66	Amortizações do exercício	2.530.185,48		2.057.908,31	
67	Provisões do exercício	0,00	2.530.185,48	0,00	2.057.908,31
65	Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
	(A).....		9.631.647,76		8.646.871,91
68	Custos e perdas financeiras	12.327,36	12.327,36	13.856,46	13.856,46
	(C).....		9.643.975,12		8.660.728,37
69	Custos e perdas extraordinários	280.102,95	280.102,95	332.400,50	332.400,50
	(E).....		9.924.078,07		8.993.128,87
88	Resultado líquido do exercício	0,00	506.198,62	0,00	528.236,25
			10.430.276,69		9.521.365,12
PROVEITOS E GANHOS					
	Vendas e prestações de serviços				
7.111	Vendas de mercadorias	121.895,75		124.816,77	
7112+7113	Vendas de produtos	7.209,75		11.548,34	
712	Prestações de serviços	322.701,32	451.806,82	335.764,89	472.130,00
72	Impostos e taxas	499.417,81		382.579,48	
	Variação de produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	8.262.384,61		8.164.954,11	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	8.761.802,42	0,00	8.547.533,59
	(B).....		9.213.609,24		9.019.663,59
78	Proveitos e ganhos financeiros	41.557,04	41.557,04	57.145,46	57.145,46
	(D).....		9.255.166,28		9.076.809,05
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.175.110,41	1.175.110,41	444.556,07	444.556,07
	(F).....		10.430.276,69		9.521.365,12
RESUMO:					
	Resultados operacionais: (B)-(A)=	-418.038,52		372.791,68	
	Resultados financeiros: (D)-(B)-(C-A)=	29.229,68		43.289,00	
	Resultados correntes: (D)-(C)=	-388.808,84		416.080,68	
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=	506.198,62		528.236,25	

Relativamente à atividade desenvolvida no exercício económico de 2013, o Município encerrou as suas contas com o montante de custos de **9 924.078,07€**, e de proveitos o montante de **10 430.276,69€**. Desta situação surgiu um Resultado Líquido positivo de **506 198,62€**, que se reflete do seguinte modo:

➤ RESULTADOS OPERACIONAIS

Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

• Custos Operacionais

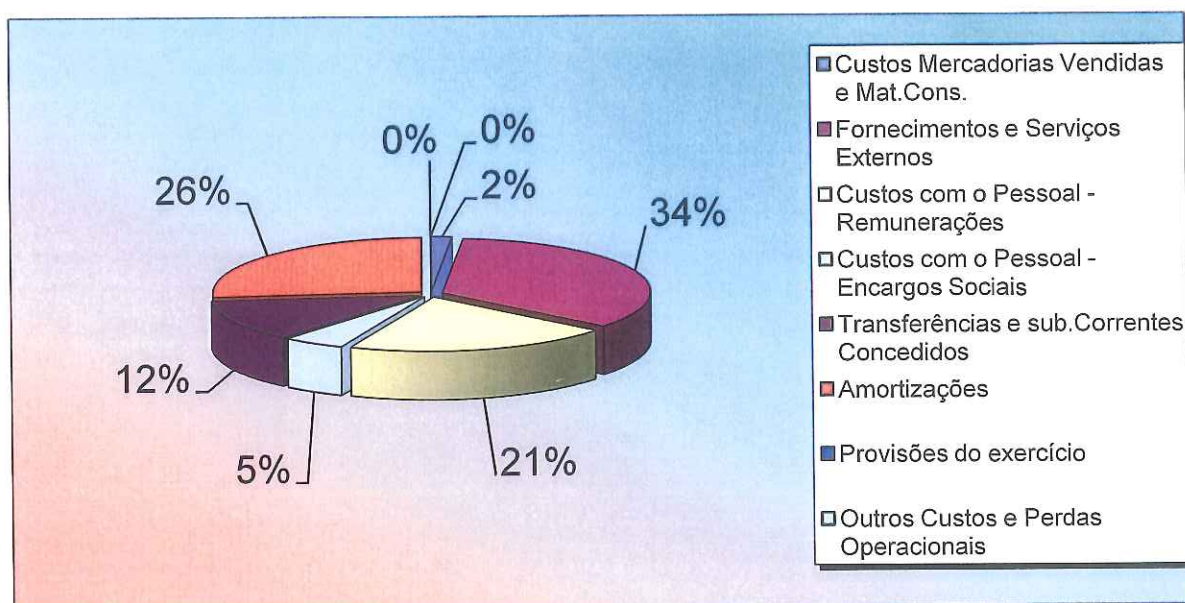
Custos Operacionais	2012	2013
Custos Mercadorias Vendidas e Mat.Consumidas	152.525,22	155.797,05
Fornecimentos e Serviços Externos	3.232.822,52	3.309.045,93
Custos com o Pessoal - Remunerações	1.961.713,10	1.976.352,18
Custos com o Pessoal - Encargos Sociais	344.459,73	455.582,84
Transferências e Sub. Correntes Concedidos	897.443,03	1.204.684,28
Amortizações	2.057.908,31	2.530.185,48
Provisões do exercício	0	0
Outros Custos e Perdas Operacionais	0	0
TOTAL	8 646 871,91	9.631.647,76

- Custos operacionais – o custo das mercadorias vendidas manteve-se quase inalterável - redes de água abastecidas pela empresa Águas do Centro.
- No que respeita às despesas com o pessoal – remunerações, podemos verificar que o seu valor é superior ao ano de 2012, passando de 1.961.713,10€ para 1.976.352,18€. Este aumento é resultante da remuneração principal dos órgãos autárquicos e atualizações relativas aos funcionários.
- Relativamente às despesas com pessoal – Encargos Sociais, tiveram um aumento em relação ao ano transato, passaram de 344.459,73€ para 455.582,84€, resultante dos encargos com a ADSE (Assistência na



Doença aos Servidores Cíveis do Estado), despesa que não é controlada pelo Município e resultante também do aumento no ponto anterior.

Quanto aos valores refletidos no gráfico seguinte, podemos realçar as rubricas de fornecimentos e serviços externos – conta 62, e custos com o pessoal – conta 64, que no conjunto representam 60,00% da totalidade dos custos operacionais.

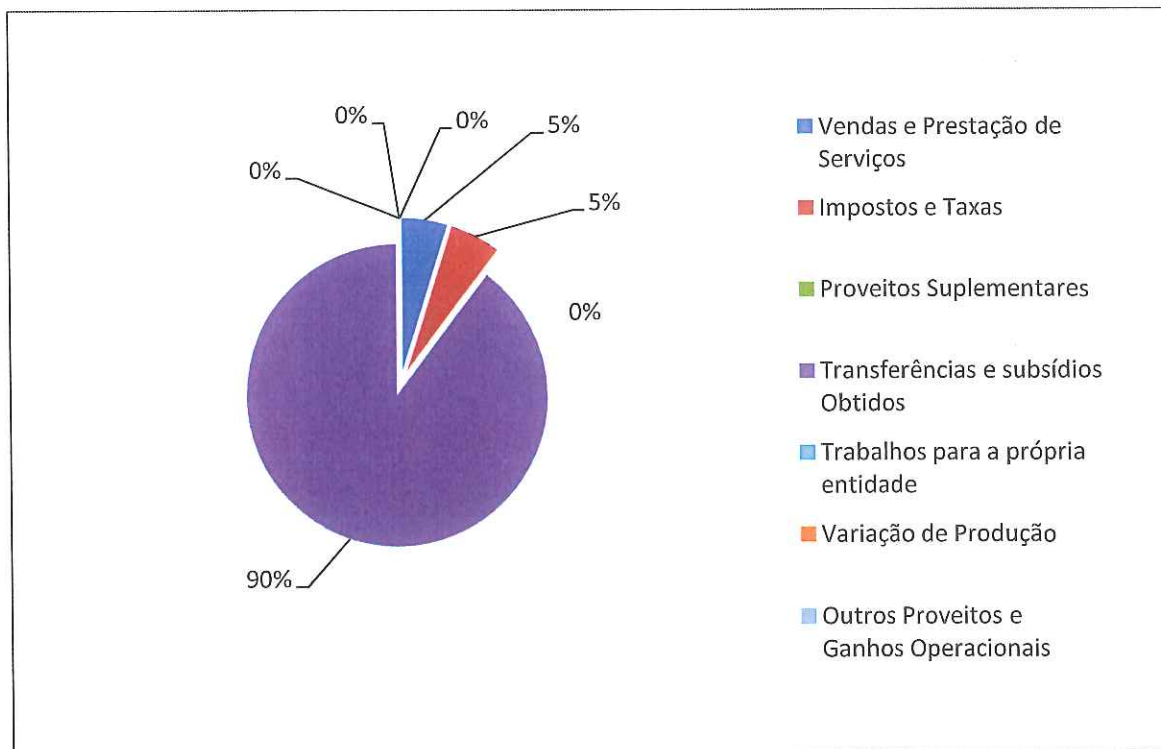


• Proveitos Operacionais

Proveitos Operacionais	2013	%	2012	%
Vendas e Prestação de Serviços	451.806,82	4,90%	472.130,00	5,23%
Impostos e Taxas	499.417,81	5,42%	382.579,48	4,24%
Proveitos Suplementares	0	0,00%	0	0,00%
Transferências e subsídios Obtidos	8.262.384,61	89,68%	8.164.954,11	90,52%
Trabalhos para a própria entidade	0	0,00%	0	0,00%
Variação de Produção	0	0,00%	0	0,00%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL	9.213.609,24	100,00%	9.019.663,59	100,00%



- Quanto aos proveitos operacionais, realçamos o aspeto financeiro que resulta da conta 74 – Transferências e subsídios obtidos, provenientes do Orçamento de Estado, Receita dos Parques Eólicos, participações do estado para despesas correntes e protocolos celebrados com o Estado no âmbito da educação e proteção às famílias. Como podemos observar no gráfico seguinte, o resultado da conta 74 representa 90% da receita dos proveitos operacionais.
- Aumento das taxas e impostos, devido au aumento da taxa de IML.



ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS


Os resultados financeiros à data de 31 de Dezembro de 2013, têm a seguinte composição:

Demonstração de resultados financeiros							
Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
681	Juros suportados	2.781,70	13.366,38	781	Juros obtidos	16.786,93	29.726,27
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	24.045,69	26.175,44
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	9.545,66	490,08	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	29.229,68	43.289,00	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	724,42	1.243,75
		41.557,04	57.145,46			41.557,04	57.145,46

- No quadro acima podemos confrontar os juros suportados com empréstimos e os juros obtidos com os depósitos a prazo, bem como os Rendimentos de Imóveis.
- Relativamente a 2013, verificou-se uma diminuição dos juros obtidos, devido à diminuição das taxas de juro. No caso dos juros suportados, teve uma diminuição significativa.

ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários à data de 31 de Dezembro de 2013, têm a seguinte composição:



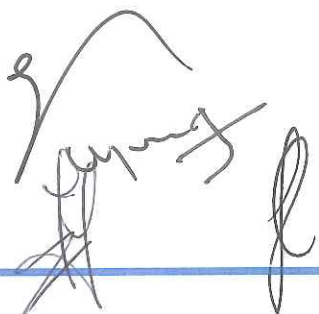
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
691	Transferências de capital concedidas	246.293,19	261.000,00	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	100,00
694	Perdas em imobilizações	502,27	0,00	794	Ganhos em imobilizações	3.017,79	-11.128,37
695	Multas e Penalidades	302,66	2.527,50	795	Benefícios de penalidades contratuais	1.662,41	1.663,38
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	0,00
697	Corr. relat. Exerc. Anteriores(Restituições)	7.174,58	53.121,43	797	Correções relativas a exercícios anteriores	385.315,98	2.410,00
698	Outros custos e perdas extraordinárias	25.830,25	15.751,57	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	791.149,81	451.511,06
	Resultados extraordinários	895.007,46	112.155,57				
		1.175.110,41	444.556,07			1.175.110,41	444.556,07

Da análise ao quadro observamos o seguinte:

- Quanto às transferências de capital, teve uma diminuição pouco significativa em relação ao ano anterior, o que denota uma preocupação constante por parte do Município, no apoio ao associativismo.
- Relativamente a Outros Custos e Perdas Extraordinários verifica-se uma ligeira diminuição.
- Quanto á conta 797, verifica-se um aumento significativo relativamente ao ano anterior, devido á introdução de proveitos diferidos de anos anteriores.
- Em relação à conta 798 – outros proveitos e ganhos extraordinários, também se verifica um aumento acentuado, devido à introdução de proveitos provenientes de obras participadas em anos anteriores.

➤ ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

- Enquanto a execução Orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, este quadro reflete a atividade do Município ao nível patrimonial, ou seja, evidência os seus bens, direitos e obrigações.



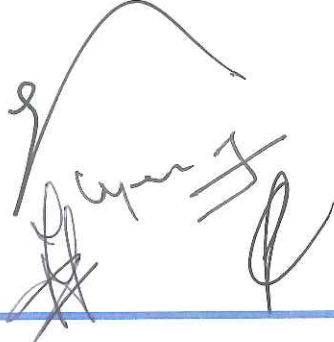
CONTAS	BALANÇO – 2013	EXERCÍCIOS			
		2013			2012
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	39.874.932,07	12.693.411,49	27.181.520,58	21.397.819,80
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	4.500,00	30,15	4.469,85	0,00
459	Outros bens de domínio público	92.066,83	4.603,34	87.463,49	0,00
445	Imobilizações em curso	7.238.130,96	0,00	7.238.130,96	12.807.820,84
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		47.209.629,86	12.698.044,98	34.511.584,88	34.205.640,64
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	62.361,87	53.689,36	8.672,51	9.351,01
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		62.361,87	53.689,36	8.672,51	9.351,01
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	680.187,89	19.567,00	660.620,89	653.637,64
422	Edifícios e outras construções	6.722.186,36	873.697,05	5.848.489,31	3.868.189,93
423	Equipamento básico	3.302.431,47	2.242.443,25	1.059.988,22	843.992,93
424	Equipamento de transporte	3.583.654,79	3.094.732,21	488.922,58	429.678,75
425	Ferramentas e utensílios	2.812,27	1.071,36	1.740,91	2.098,03
426	Equipamento administrativo	435.741,16	363.669,26	72.071,90	83.297,07
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	7.252,76	1.354,98	5.897,78	6.052,78
442	Imobilizações em curso	2.275.980,86	0,00	2.275.980,86	4.199.856,57
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		17.010.247,56	6.596.535,11	10.413.712,45	10.086.803,70
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	141.137,42		141.137,42	141.137,42
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		241.137,42	0,00	241.137,42	241.137,42
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00



34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	6.503,42	0,00	6.503,42	6.021,17
212	Contribuintes, c/c	471,32	0,00	471,32	471,32
213	Utentes, c/c	2.919,00	0,00	2.919,00	2.545,32
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	21.018,68	0,00	21.018,68	9.808,56
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	125.804,87	0,00	125.804,87	123.784,20
		156.717,29	0,00	156.717,29	142.630,57
	Titulos negociáveis				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.524.072,74	0,00	1.524.072,74	1.988.859,89
11	Caixa	1.517,96	0,00	1.517,96	6.725,99
		1.525.590,70	0,00	1.525.590,70	1.995.585,88
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	1.605,74	0,00	1.605,74	5.983,56
272	Custos diferidos	16.533,08	0,00	16.533,08	25.089,17
		18.138,82	0,00	18.138,82	31.072,73
	Total de amortizações		19.348.269,45		
	Total de Provisões		0,00		
	Total do activo	66.223.823,52	19.348.269,45	46.875.554,07	46.712.221,95



CONTAS	BALANÇO - 2012	EXERCÍCIOS	
		2013	2012
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios		
51	<i>Património</i>	12.453.612,94	12.453.612,94
55	<i>Ajustamento de partes de capital em empresas</i>		
56	<i>Reservas de reavaliação</i>		
	Reservas		
571	Reservas legais	767.625,92	741.214,10
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		123.784,20
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	<i>Resultado transitados</i>	22.581.600,50	22.079.776,07
88	<i>Resultado líquido do exercício</i>	506.198,62	528.236,25
		36.309.037,98	35.926.623,56
	Passivo		
292	<i>Provisões para riscos e encargos</i>		
	<i>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)</i>		
2312	Dívidas a instituições de crédito	285.228,18	567.523,39
		285.228,18	567.523,39
	<i>Dívidas a terceiros - Curto prazo</i>		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	1.924,81	52.493,51
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções	2.022,66	2.772,66
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	238,81	28.624,86
24	Estado e outros entes públicos	35.419,95	25.327,37
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	248.177,08	300.438,80
		287.783,31	409.657,20
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	0,00	81.868,77
274	Proveitos diferidos	9.993.504,60	9.726.549,03
		9.993.504,60	9.808.417,80
	Total dos fundos próprios e do passivo	46.875.554,07	46.712.221,95



Da análise ao Balanço podemos constatar o seguinte:

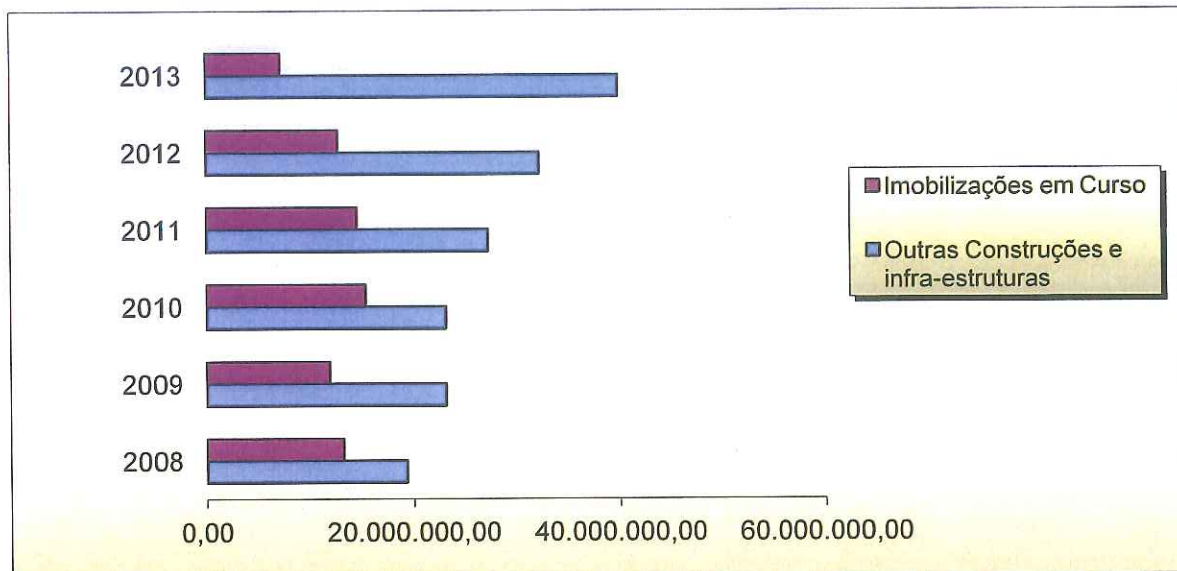
➤ **Ativo**

- O Ativo Líquido no *términus* do ano de 2013 ascendeu a 46.875.554,07€, enquanto no final do ano anterior foi de 46.712.221,95€, o que reflete um acréscimo de 163.332,12€ no património líquido municipal, consequência da inclusão de bens patrimoniais no âmbito do processo de inventariação/ cadastro e fecho de Obras.
- A conta 41.1-Partes do capital, manteve-se igual. Os investimentos financeiros estão valorizados pelo seu valor nominal.
- A conta 41.5 – Outras Aplicações Financeiras, regista o valor de 100.000,00 €, participação na Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata.
- A conta 442 - Imobilizações em curso - Imobilizações Corpóreas regista um decréscimo de 1.923.875,71€, este decréscimo corresponde ao aumento de Obras no Património – transferência de imobilizado em curso para o Património, Edifícios e Outras Construções.

O Investimento tem vindo a aumentar de ano para ano, cabe no entanto referir que, conforme o previsto no POCAL (anexo 8.2.14), uma grande parte dos bens, sobretudo do Domínio Público, continuam a aguardar valorização.

- O quadro seguinte mostra-nos as variações nas duas contas de maior movimento no Imobilizado (bens de domínio público) nos últimos cinco anos.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Outras Construções e infra-estruturas	19.316.527,03	23.089.906,97	23.089.906,97	27.189.464,65	32.240.828,16	39.874.932,07
Imobilizações em Curso	13.230.719,45	11.937.405,85	15.411.199,17	14.564.771,40	12.807.820,84	7.238.130,96
Total	32.547.246,48	35.027.312,82	38.501.106,14	41.754.236,05	45.048.649,00	47.113.063,03

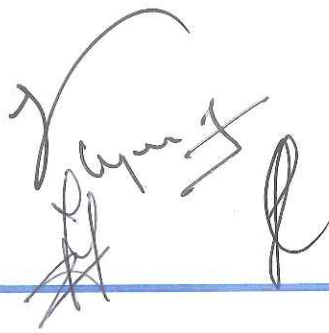


➤ IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

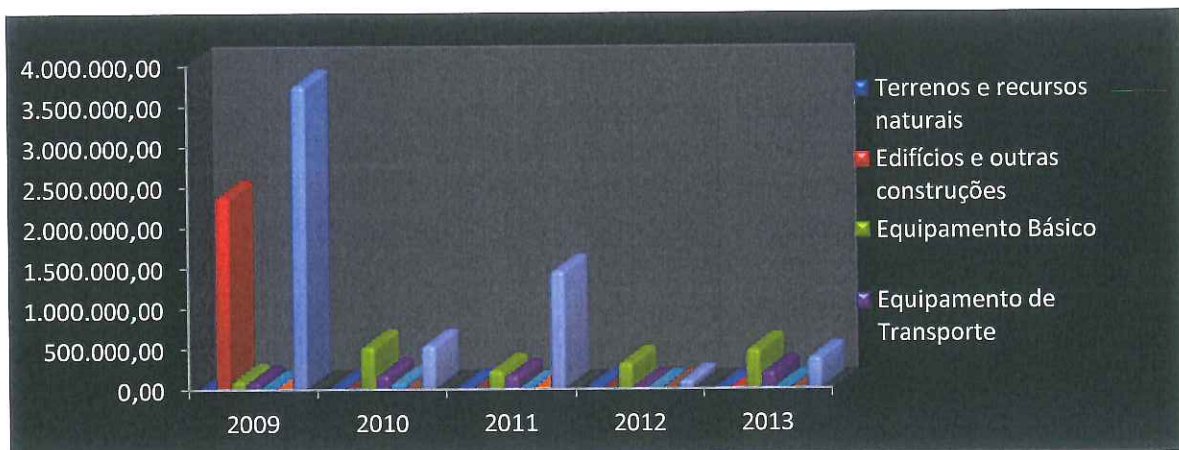
- No quadro seguinte podemos verificar a variação entre as seguintes contas:

- 42.1 - Terrenos
- 42.3 - Equipamento básico;
- 42.4 - Equipamento de transporte;
- 42.6 - Equipamento administrativo;
- 42.9 - Outras imobilizações Corpóreas;
- 44.2 - Imobilizações em curso;

	2009	2010	2011	2012	2013
Terrenos e recursos naturais	24.960,00	6.514,59	31.199,80	42.846,60	7.000,00
Edifícios e outras construções	2374064,49	0	0	0	5000
Equipamento Básico	104.599,74	523.256,01	224.369,41	317.041,62	483.123,99
Equipamento de Transporte	82.155,57	178.063,89	160.611,81	34.467,80	205.139,25
Equipamento administrativo	13.484,35	65.552,64	2.812,27	11.755,39	17.999,09
Outras imobilizações corpóreas	5.038,61	760	23.549,42	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	3.749.800,23	535.584,83	1.456.803,77	96.608,17	381.113,57
Total	6.351.102,99	1.309.731,96	1.899.316,18	502.719,58	1.099.375,90



- Elabora-se o gráfico referente às Imobilizações Corpóreas:



➤ **Ativo – Dívidas de Terceiros – Curto Prazo**

- As contas 211- "Clientes, c/c", 212 – "Contribuintes, c/c" e 213 – Utentes, c/c - registam um valor de 9.893,74€, referente à receita virtual - débitos dos Municípes.
- A conta 12 – "Depósitos em Instituições financeiras", regista um valor de 1.524.072,74€. O saldo desta conta teve uma pequena variação em relação ao ano anterior.

➤ **Passivo – Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo**

- A conta 2312 – "Dividas a Instituições de Crédito" - A Divida a terceiros de médio e longo prazo corresponde aos empréstimos bancários de médio e longo prazo utilizados após contratação e que estão por amortizar ao longo de um período alargado, no montante de 285.228,18€, representando a totalidade da divida municipal a terceiros. Este valor diminui significativamente por força da aplicação do OE (Orçamento de Estado) para o ano de 2013 e **deveu-se sobretudo à contrapartida da receita resultante do amento do Imposto Municipal sobre Imóveis.**

- A CONTA 221 – Fornecedores, c/c, regista o valor de **1.924,81€**. Deve-se ao facto de ter havido atraso por parte dos fornecedores no envio atempado da faturação, o que não permitiu aos serviços proceder à sua liquidação em tempo útil. Esta dívida foi paga no início de 2014, e pelo resultado ora evidenciado, é prática do Município pautar o seu cumprimento com os fornecedores, os compromissos assumidos.
- A conta 2611 – Fornecedores de Imobilizado, regista o valor de **238,81€**, - este valor não corresponde a esta conta e foi corrigido em 2014. Salienta-se que os compromissos assumidos com os Fornecedores de Empreitadas, foram todos pagos no ano de 2013, como atrás se referiu.
- As contas 262+263+267+268 – Outros Credores, regista o valor de 248.177,08€, referente às Garantias e Cauções das empreitadas públicas.

➤ Acréscimos e diferimentos (Ativo e Passivo)

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios registam-se as seguintes situações:

- Custos diferidos, despesas contabilizados no exercício de 2013 e com base na estimativa dos encargos referentes ao exercício de 2014 foram diferidos e serão reconhecidos nesse exercício.
- Conta 274 - Proveitos diferidos, subsídios atribuídos a ativos fixos amortizáveis a fundo perdido e devem ser considerados à medida que ocorrem os correspondentes custos (Amortizações). As participações para bens de Domínio Público foram todas registadas na conta 274, não se refletindo nos proveitos do exercício.
- Acréscimos de proveitos – esta conta serve de contrapartida ao registo dos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, mas que ainda não geraram receitas, são exemplo disso, os juros que se vencem no exercício seguinte.



➤ Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

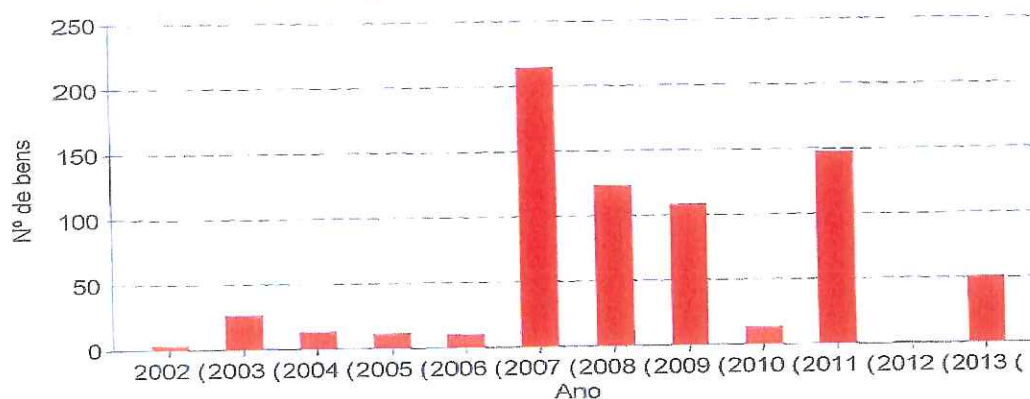
- As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.
 - As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização fiscalmente aceites decorrentes das tabelas da Portaria número 671/2000, de 17 de Abril.
- No decurso do exercício de 2013, como se pode verificar no quadro seguinte, os abates aos bens corpóreos aumentaram relativamente ao ano anterior. Esta situação, deve-se ao facto de o Município ter efetuado remodelação do seu equipamento.



Município de Pampilhosa da Serra

Abates por ano

Nº de bens abatidos por anos



- Relativamente ao seguinte quadro – Amortizações e Provisões e tendo subjacente que a aplicação informática do património, calcula as amortizações, tendo por base a data da aquisição, por ano civil, pode-se



observar as amortizações por tipo de conta e que não foi constituída qualquer provisão para créditos de cobrança duvidosa, por se considerar que todos os créditos são recuperáveis.

Amortizações e Provisões

Ano 2013

Unidade: Euros

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	4853	10.843.008,36	1.850.403,13	596.696,51	12.096.714,98
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	30,15	0,00	30,15
Outros bens de domínio público	4859	0,00	4.603,34	0,00	4.603,34
		10.843.008,36	1.855.036,62	596.696,51	12.101.348,47
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	43.906,16	9.783,20	0,00	53.689,36
		43.906,16	9.783,20	0,00	53.689,36
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	19.550,25	16,75	0,00	19.567,00
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	6.123,52	20.811,86	0,00	26.935,38
Outras construções	48222	634.450,46	212.311,21	0,00	846.761,97
Equipamento básico	4823	2.087.063,43	266.648,71	111.268,89	2.242.443,25
Equipamento de transporte	4824	3.001.828,85	135.900,82	42.997,46	3.094.732,21
Ferramentas e utensílios	4825	714,24	357,12	0,00	1.071,36
Equipamento administrativo	4826	334.958,16	29.164,19	453,09	363.669,26
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	1.199,98	155,00	0,00	1.354,98
		6.085.888,89	665.365,66	154.719,44	6.596.535,11
De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00

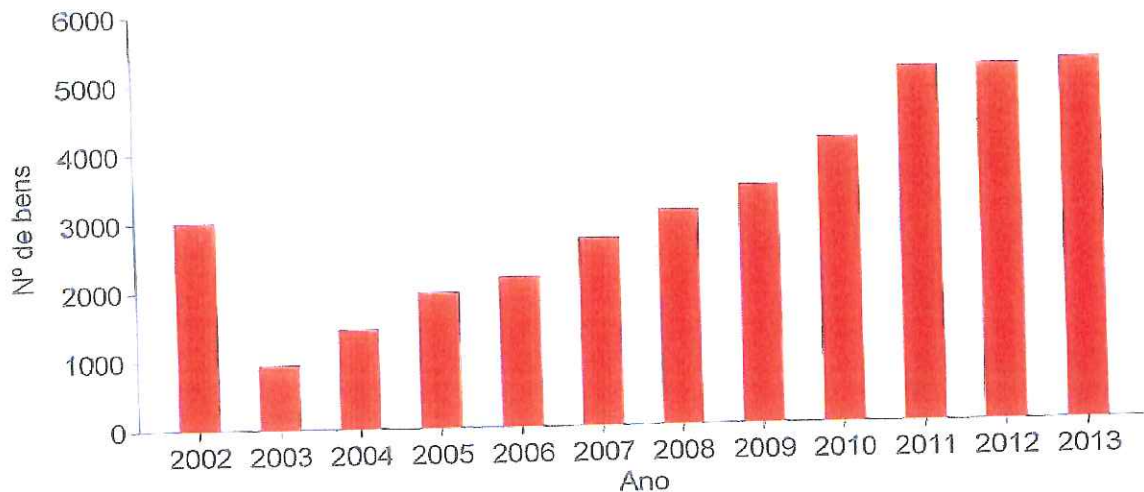
- o No gráfico seguinte evidencia-se o aumento de amortizações relativamente aos anos anteriores, o que significa também um aumento de investimento.



Município de Pampilhosa da Serra

Amortizações por ano

Nº de amortizações por ano



Relativamente às Demonstrações Financeiras evidenciadas anteriormente, o Quadro seguinte dá-nos uma perceção mais particularizada sobre as variações do Ativo Bruto:

Ano: 2013

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+ Transf.	Saldo Final
De Bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	32.240.828,16	0,00	0,00	0,00	7.634.103,91	39.874.932,07
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	4.500,00
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	92.066,83	92.066,83
Imobilizações em curso	12.807.820,84	298.737,34	1.765.676,69	0,00	-7.634.103,91	7.238.130,96
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	45.048.649,00	298.737,34	1.765.676,69	0,00	96.566,83	47.209.629,86
De Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	53.257,17	0,00	9.104,70	0,00	0,00	62.361,87
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	53.257,17	0,00	9.104,70	0,00	0,00	62.361,87
De Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	673.187,89	0,00	7.000,00	0,00	0,00	680.187,89
Edifícios e outras construções	4.508.763,91	0,00	5.000,00	0,00	2.208.422,45	6.722.186,36
Equipamento básico	2.931.056,36	0,00	483.123,99	0,00	-111.748,88	3.302.431,47
Equipamento de transporte	3.431.507,60	0,00	205.139,25	24.986,50	-28.005,56	3.583.654,79
Ferramentas e utensílios	2.812,27	0,00	0,00	0,00	0,00	2.812,27
Equipamento administrativo	418.255,23	0,00	17.999,09	0,00	-475,37	435.778,95
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	7.252,76	0,00	0,00	0,00	0,00	7.252,76
Imobilizações em curso	4.199.856,57	0,00	381.113,57	0,00	-2.304.989,28	2.275.980,86
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	16.172.692,59	0,00	1.099.375,90	24.986,50	-236.796,64	17.010.285,35
De Investimentos Financeiros						
Partes de capital	141.137,42	0,00	0,00	0,00	0,00	141.137,42
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em imóveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	241.137,42	0,00	0,00	0,00	0,00	241.137,42

➤ RÁCIOS

A atividade de um Município tem aspetos particulares e distintos de uma qualquer Empresa. Enquanto as Empresas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objetivo em obter lucro, a atividade dos Municípios está centralizada em satisfazer as necessidades dos Munícipes e desta forma aumentar o bem-estar público.

Nestes termos, com as necessárias adaptações, ajustamos alguns indicadores Financeiros ao Município.

INDICADORES PARA CONCLUSÃO DA ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

➤ Rácios de Estrutura das Receitas e Estrutura das Despesas

Rácios	2011	%	2012	%	2013	%
<u>Impostos, Taxas</u> Receitas Correntes	<u>414.096,33</u> 7.197.060,61	<u>5,75%</u>	<u>415127,71</u> 6.888.160,35	<u>6,03%</u>	<u>510.104,45</u> 8.142.901,47	<u>7,00</u>

- Os impostos representam cerca de 6,26% (Média) das Receitas correntes nos últimos 3 anos.

Rácios	2011	%	2012	%	2013	%
<u>Transf Correntes D.</u> Receitas Correntes	<u>828.779,64</u> 7.197.060,61	<u>11,52%</u>	<u>897.443,03</u> 6.888.160,35	<u>13,03%</u>	<u>1.204.646,88</u> 8.142.901,47	<u>14,80</u>

- Este quadro mostra o peso das Transferências Correntes da Despesa nas Receitas Correntes, ao longo dos últimos 3 anos.

[Handwritten signatures and initials]

Rácios	2011	%	2012	%	2013	%
<u>Transf. Capital</u> Receitas de Capital	<u>297.884,00</u> 5.842.334,77	<u>5,10%</u>	<u>261.000,00</u> 4.300.270,67	<u>6,07%</u>	<u>246.293,19</u> 2.161.510,74	<u>11,40</u>

- Este quadro mostra o peso das Transferências de Capital nas Receitas de Capital.

Rácios	2011	%	2012	%	2013	%
<u>Receitas Correntes</u> Receitas Totais	<u>7.197.060,61</u> 13.039.395,38	<u>55,19%</u>	<u>6.888.160,35</u> 11.190.841,02	<u>61,56%</u>	<u>8.142.901,47</u> 10.313.498,54	<u>78,96</u>

- Neste quadro constata-se o peso que as Receitas Correntes têm nas Receitas Totais da Autarquia.

Rácios	2011	%	2012	%	2013	%
<u>Receita Total</u> Despesa Total	<u>13.039.395,38</u> 12.368.063,14	<u>105,43%</u>	<u>11.190.841,02</u> 11.234.614,02	<u>99,61%</u>	<u>10.313.498,54</u> 10.740.628,52	<u>96,03</u>

- Este Rácio indica-nos a cobertura das despesas pelas receitas.

Rácios	2011	%	2012	%	2013	%
<u>Pessoal</u> Receitas Correntes	<u>2.550.404,13</u> 7.197.060,61	<u>35,44%</u>	<u>2.361.234,41</u> 6.888.160,35	<u>34,28%</u>	<u>2.500.297,36</u> 8.142.901,47	<u>30,71</u>

- Os custos com o Pessoal têm um peso indicativo sobre as Receitas Correntes.



Rácios	2011	%	2012	%	2013	%
<u>Transf. Correntes</u> Despesas Correntes	<u>828.779,64</u> 6.598.784,56	<u>12,55%</u>	<u>897.443,03</u> 6.740.810,98	<u>13,32%</u>	<u>1.204.646,88</u> 7.282.992,42	<u>16,54</u>

- De forma geral o peso das Transferências Correntes em relação às despesas correntes, têm-se mantido na casa dos 12% a 17%, caracterizando-se pela regularidade.

Rácios	2011	Valor	2012	Valor	2013	Valor
<u>Empréstimos</u> Investimento	<u>999.341,36</u> 5.190.193,41	<u>19,25%</u>	<u>567.523,39</u> 3.800.985,07	<u>14,93%</u>	<u>285.228,18</u> 2.915.431,49	<u>9,79</u>

- Peso dos empréstimos no Investimento de Capital.



APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme verificado nas Demonstrações Financeiras, o RESULTADO LÍQUIDO APURADO EM 2013 foi de 506 198,62€.

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o RESULTADO LÍQUIDO do exercício anterior deve ser transferido para a conta 59 "RESULTADOS TRANSITADOS". No caso do saldo desta conta ser positivo, o seu valor poderá ser repartido da seguinte forma: reforço do património, obrigatório até que o valor contabilístico da conta 51 "PATRIMÓNIO" corresponda a 20% do ativo Líquido, e constituição ou reforço de Reservas. Por outro lado, o ponto 2.7.3.5 do Pocal, explicita que a conta 571 "RESERVAS LEGAIS" deverá ser reforçada anualmente no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Face ao exposto e considerando que o valor do PATRIMÓNIO é superior a 20% do ativo Líquido, propõe-se que a sua aplicação seja efetuada da seguinte forma:

- Para reforço da Conta 571 "Reservas Legais" -0,00 €.
- Transferência para a Conta 59 "Resultados Transitados" - 506 198,62 €.



[Handwritten signature]
